

OS ÚLTIMOS ANOS DE D. JOSÉ VIEIRA ALVERNAZ NA DIOCESE DE GOA E DAMÃO

MARIA GUIOMAR LIMA

Lima, M. G. (2007), Os últimos anos de D. José Vieira Alvernaz na diocese de Goa e Damão. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 16: 225-244.

Sumário: Em Outubro de 1961 o arcebispo de Goa e Damão e Patriarca das Índias Orientais D. José Vieira Alvernaz informou a Secretaria de Estado do Vaticano da sua intenção de pedir a resignação por motivos de saúde mas o pedido não foi aceite. Este artigo relata as tentativas do arcebispo Alvernaz para ser substituído e a oposição do governo português que queria manter em Goa um prelado europeu. Mais relata a nomeação de D. José Pedro da Silva como bispo-coadjutor em Novembro de 1961 por escolha de Oliveira Salazar, a invasão do Estado da Índia no mês seguinte, o papel desempenhado pelo arcebispo Alvernaz na rendição das tropas portuguesas, os meses que viveu no território depois da invasão, a saída da diocese em Setembro de 1962 e o regresso aos Açores (onde residiu durante duas décadas) em Janeiro do ano seguinte. Mais ainda, relata a nomeação do goês D. Francisco Xavier da Piedade Rebello para bispo-auxiliar da diocese de Goa em Setembro de 1963 e para administrador-apostólico três anos mais tarde. Foram utilizados documentos do Arquivo Histórico e Diplomático, Arquivo Histórico Ultramarino e Arquivo de Oliveira Salazar, notícias de jornais, dados do *Boletim Episcopal da Arquidiocese de Goa* e relatos da invasão feitos por dois militares portugueses.

Lima, M. G. (2007), The last years of D. José Vieira Alvernaz on the diocese of Goa and Damão. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 16: 225-244.

Summary: In October 1961, the archbishop of Goa and Damão and Patriarch of the Oriental Indies D. José Vieira Alvernaz informed the Vatican's Secretary of State of his wish to resign adducing health reasons. His request was not accepted. This article focuses on the various ways by which the archbishop tried to find a substitute as well as the opposition of the Portuguese government and its attempts to keep in Goa a European prelate. The paper addresses also the appointment by Salazar of D. José Pedro da Silva as co-adjutor bishop of Goa and Damão in November 1961; the invasion of Goa the following month; the role played by archbishop Alvernaz on the surrender of Portuguese forces, as well the events occurred in the ensuing months he spent in Goa after the invasion; the way he left the diocese in September 1962, and his return to the Azores (where he lived for two decades) in January of the following year. It also discusses the appointment of the Goanese D. Francisco Xavier da Piedade Rebello as auxiliary bishop of the diocese of Goa in September 1963, and, three years later, as a Religious Administrator.

For the present paper, research was carried out at the Historic and Diplomatic Archives (Lisbon), the Historic and Maritime Archives (Lisbon) as well as the Oliveira Salazar Archives. In addition, various newspapers and the Diocesan *Bulletin of the Archdiocese of Goa* were consulted, together with reports of the Indian invasion by two Portuguese military officers.

Maria Guiomar Lima – Rua Prof. Sousa da Câmara, 159C, r/c Esq. 1070-215 Lisboa.

Palavras-chave: goeses, missões, nomeação, resignação, diplomacia, regime, invasão, regresso.

Key-words: *goanese, missions, naming, resign, diplomacy, regime, invasion, return.*

INTRODUÇÃO

D. José Vieira Alvernaz (1898-1986) foi o último arcebispo português de Goa e Damão, o derradeiro Patriarca das Índias Orientais. Dirigiu a diocese durante oito anos numa altura em que cerca de 42 por cento da população era católica, surpreendendo os visitantes com os testemunhos exteriores de catolicismo e de cultura latina existentes naquela parte da Índia. Goa era então uma terra cristianizada com igrejas caiadas, abertas para grandes largos, onde se viam cruzeiros monumentais, havia ermidas nos menores povoados, capelas nas margens dos rios e no cimo dos outeiros, a dominar várzeas tingidas pelo verde claro dos arrozais e o tom amarelado das frondes dos coqueiros, como escreveu RIBEIRO (1999) em 1956, num relatório encomendado pelo governo. Os habitantes das «Velhas Conquistas», o território que se estendia de Bardez a Salcete passando pela ilha

de Goa, mostravam uma devoção muito viva, aos domingos e dias santos enchiam as igrejas até à porta, e pela tarde rezavam o terço em concanim, a língua local, seguido da recitação de novenas e ladainhas, numa toada sincopada, plangente, acompanhada pela música de rabeças e bândolins. A sumptuosidade e a intensidade da religião católica causava admiração aos visitantes que entravam nas esplendorosas igrejas de Velha Goa e ouviam o Cabido da Sé, inteiramente formado por sacerdotes goeses, a cantar salmos em Latim para os fantasmas de um império colonial cujo esplendor há muito se tinha perdido.

No pequeno território coexistiam, porém, várias sociedades e culturas. Nas «Novas Conquistas», uma zona que foi ocupada pelos portugueses no século XVIII para melhorar a defesa e no século passado era formada por

sete concelhos, a maioria dos habitantes praticava a religião hindu e falava a língua marata, a qual se escreve com símbolos diferentes do alfabeto ocidental. Em simultâneo, havia em todo o território fortes núcleos de famílias muçulmanas que mantiveram a sua religião durante séculos. No pequeno enclave de Damão os habitantes conversavam desde crianças num doce crioulo, quase português, era essa a sua língua materna e, ao contrário dos goeses, mostravam-se assimilados aos europeus nos costumes, no sentir, sem haver distinção entre «naturais» do território e «descendentes» ou mestiços, como acontecia no restante território. A separação de castas também era menor em Damão. Finalmente, na minúscula parcela de Diu a população era quase totalmente muçulmana e, com excepção de duas ou três famílias de funcionários públicos educados em Lisboa, não falava português.

Nesse tempo os habitantes de Goa, Damão e Diu conheciam o patriarca das Índias, um missionário de barbas brancas que percorria as paróquias das «Velhas Conquistas» e as missões das «Novas Conquistas» em visitas pastorais, todos os anos. Muitas vezes viajava num «jeep» que ele próprio conduzia e misturava-se afectuosamente com o povo sem fazer distinção entre católicos, hindus ou muçulmanos. Revelava uma grande memó-

ria para caras ou nomes e com todos conversava, mas abstinha-se de pronunciar grandes discursos, porque desconhecia as línguas locais.

D. José Vieira Alvernaz nasceu na ilha do Pico, estudou no seminário de Angra do Heroísmo, foi ordenado na capela desse seminário em Junho de 1920. Mais tarde licenciou-se em Filosofia e Direito Canónico na Universidade Gregoriana e em Ciências Sociais no Instituto de Ciências Sociais de Bergamo. Regressou à Terceira, foi pároco em Santa Luzia e na Praia da Vitória, dirigiu o colégio Senna Freitas em Ponta Delgada e o seminário de Angra. Ajudou a organizar a Acção Católica, colaborou nos jornais *A União* e *A Pátria*, foi capelão da Legião Portuguesa e figura de primeiro plano da vida da cidade de Angra nos anos 1930/1940. No entanto, o único livro de que é autor, uma colectânea de textos religiosos, foi publicado pela Fundação Macau já depois da sua morte (ALVERNAZ, 1999). D. José Vieira Alvernaz viveu duas décadas no Oriente, foi bispo de Cochim entre 1941 e 1950, seguidamente foi bispo-coadjutor da diocese de Goa e arcebispo em 1953, quando o anterior prelado, D. José da Costa Nunes, partiu para Roma onde foi vice-camerlengo da Santa Sé, presidente do comité permanente do Congresso Eucarístico Internacional

e cardeal da Cúria Romana, eleito em Março de 1962.

Numa altura em que havia grande intimidade de acção entre a igreja e o governo, como escreveu Adriano MOREIRA (1991), o arcebispo Alvernaz foi sem dúvida um homem do regime, um prelado missionário que defendeu a política de assimilação praticada nas missões, a qual não era apenas de conversão à fé católica, era sim uma acção destinada à aceitação dos valores culturais dominantes e que visava a conquista de lealdades políticas. Contudo, opôs-se por várias vezes a decisões de Salazar, de uma forma discreta, sem o enfrentar directamente. Nas vésperas de a União Indiana invadir e ocupar o Estado Português da Índia, pediu ao Vaticano que aceitasse a sua resignação e o substituísse por um bispo goês, o que contrariou a orientação do governo, segundo a qual a arquidiocese de Goa

e Damão devia ser ocupada por um prelado europeu, «afastado das pequenas questões e conflitos de castas existentes na Índia», como escreveu António de Faria, o embaixador de Portugal na Santa Sé entre Abril de 1961 e Outubro de 1968. Este diplomata, cuja biografia foi editada recentemente (TELO, 2001), acompanhou os últimos anos da carreira do arcebispo Alvernaz e deixou uma extensa correspondência com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e com Oliveira Salazar, através da qual é possível seguir o percurso do último arcebispo português no Oriente. Um percurso que se entrelaça com o fim do império colonial português. Segundo Jaime Nogueira Pinto a queda de Goa iniciou um processo que havia de levar à rendição de Marcello Caetano no Largo do Carmo em Abril de 1974 (PINTO, 1977).

NOMEAÇÃO DE UM COADJUTOR

D. José Vieira Alvernaz pediu a sua resignação pela primeira vez em Outubro de 1961, dois meses antes de a União Indiana invadir o Estado Português da Índia. Foi a Roma entregar ao Papa um «ramalhete espiritual», um testemunho impressionante da prática católica na diocese, formado por 917 missas, milhares de confissões e comunhões, terços, sacrifí-

cios, visitas ao Santíssimo Sacramento, horas de trabalho e horas de silêncio (*Boletim Episcopal da Arquidiocese de Goa*, Ano 20, n.º 10, Outubro de 1961: LVI), sem dúvida esperou sensibilizar a igreja, a Santa Sé, para a situação dos católicos de Goa, de forma a haver intervenção diplomática junto da União Indiana, e deu a entender que se assim não aconte-

cesse deixaria a sua diocese. Porém, a versão oficial é diferente, segundo o relato feito pelo embaixador António de Faria ao governo português, D. José Vieira Alvernaz informou a Secretaria de Estado do Vaticano que tencionava apresentar o seu pedido de resignação por motivos de saúde (Arquivo Histórico e Diplomático, Política-África-Ásia, processo 905, maço 189).

O núncio apostólico em Lisboa, monsenhor Giovanni Panico estava em Roma nessa altura, tentou convencer o arcebispo a não concretizar o seu afastamento, em sua opinião a resignação era inconveniente por todas as razões «incluindo políticas», dada a dificuldade de manter em Roma dois patriarcas das Índias, D. José da Costa Nunes e D. José Vieira Alvernaz. Uma solução preferível seria «dar quanto antes um bispo-coadjutor à Sé de Goa», para o arcebispo Alvernaz poder ausentar-se da diocese durante alguns meses. Segundo o embaixador, esse prelado não devia ser goês, «a experiência ensina que as comunidades católicas da nossa Índia sempre preferiram bispos europeus, mais afastados das suas pequenas questões e conflitos de castas», com o que o núncio concordou. O núncio disse ao embaixador que pensava num prelado muito activo, ainda novo, mas não mencionou nomes (Arquivo Histórico e Diplomático, Política-África-Ásia, processo 905, maço 189).

Por seu lado o arcebispo Alvernaz sugeriu à Secretaria de Estado do Vaticano que escolhesse um dos prelados goeses que dirigiam dioceses africanas, D. Altino Ribeiro de Santana, bispo de Sá da Bandeira (Angola) ou D. José Filipe do Carmo Colaço, da diocese de Santiago de Cabo Verde. Conheceu-os muito bem, foram seus colaboradores na diocese de Goa, onde Ribeiro de Santana ajudou a organizar o Congresso Mariano e Carmo Colaço foi reitor do seminário. No início de Novembro a Secretaria de Estado do Vaticano estava inclinada a aceitar a sugestão de Alvernaz, a nomeação do primeiro bispo goês da diocese de Goa parecia segura, porém, a meados desse mês, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informou o embaixador Faria que a Santa Sé ia designar o bispo titular de Tiava, D. José Pedro da Silva, um açoriano residente em Lisboa, responsável nacional da Acção Católica e bispo-auxiliar do Patriarca de Lisboa. A escolha foi feita por Oliveira Salazar e o núncio apostólico num encontro privado que decorreu na residência do presidente do Conselho. Alvernaz foi consultado informalmente pelo núncio e não se opôs, pelo contrário, escreveu ao bispo de Tiava a felicitá-lo.

O jornal do Vaticano oficializou a transferência do bispo de Tiava para Goa sem especificar se este teria o

direito de suceder ao arcebispo Alvernaz (*Osservatore Romano*, 1961: 1). Durante vários dias, o embaixador António de Faria tentou informar-se sobre as intenções da igreja, o governo português desejava ardentemente que se mantivesse um prelado nacional à frente desta diocese, enquanto a igreja revelava bastante resistência, de tal forma que, numa carta particular enviada ao embaixador Faria no final de Novembro, Oliveira Salazar foi de opinião que «a Santa Sé receia futuras alterações em Goa e mostrasse atenta apenas aos seus interesses». As relações entre Portugal e a Santa Sé dependiam da Concordata e do Acordo Missionário, uma e outro assinados em 1940. Segundo a Concordata, o governo devia ser consultado antes da nomeação dos prelados residentes nas dioceses portuguesas mas para o provimento da Sé de Goa a legislação era mais específica. Primeiro, a Santa Sé consultava os bispos da província eclesiástica da Índia por intermédio do delegado apostólico e escolhia «o candidato português mais idóneo», depois o nome desse candidato era transmitido confidencialmente ao governo através do nuncio apostólico em Lisboa. Se o candidato não oferecesse dificuldades de ordem política, o Presidente da República tinha o «direito de apresentação», comunicava o nome do candidato à Santa Sé numa carta pro-

tocolar, como se a escolha tivesse sido feita pelas autoridades portuguesas, seguidamente as duas partes contratantes chegavam a acordo para publicar a nomeação na mesma data no jornal do Vaticano e no *Diário do Governo* (REGO, 1940: 237-238).

Em contrapartida, a Arquidiocese de Goa e Damão foi o mais oneroso privilégio do Estado Português, recebeu verbas para a conveniente dotação das cóngruas do arcebispo e de todo o clero, manutenção dos seminários, criação de escolas e orfanatos, desde a Concordata de 1886 (REGO, 1940: 224). Mais tarde foi aplicado em Goa o Acordo Missionário. Segundo esta última legislação o Estado concedeu terrenos gratuitamente às missões, isentou-as de impostos e contribuições, garantiu ao clero honorários condignos e pensões de aposentação, bem como despesas de viagem (GUERRA, 1994: 345-346). O arcebispo de Goa recebeu do governo um ordenado equivalente ao do governador do Estado da Índia (cerca de 16.000\$00 mensais, no final de 1961) e enviou um relatório anual ao Ministério do Ultramar, com o movimento do pessoal administrativo e missionário. Segundo o último orçamento da arquidiocese de Goa esta recebeu 3.385.000\$00 anuais, destinados ao pagamento das cóngruas de todo o clero, ordenados dos professores de português (que ensinavam nas escolas paroquiais pouco mais

que as orações), financiamento da câmara patriarcal, dos seminários e também uma pequena verba destina-

da ao financiamento do Montepio dos Padres Indianos (Arquivo Histórico Ultramarino, *Missões*, maço 34).

REGRESSO DE ALVERNAZ A GOA

Poucos dias antes de a União Indiana invadir o Estado Português da Índia, D. José Vieira Alvernaz deixou a cidade de Roma e voltou inesperadamente à sua diocese. No dia 7 de Dezembro de 1961 o embaixador António de Faria informou o governo «o Patriarca das Índias veio hoje aqui anunciar-me a sua partida para Goa no próximo sábado, via Beirute e Karachi. Também me pareceu preferível o seu regresso, especialmente em face das últimas notícias sobre os preparativos militares da União Indiana» (Arquivo Histórico e Diplomático, Política-África-Ásia, processo 905, maço 189).

Tudo indica que Alvernaz voltou ao Oriente devido a esses preparativos militares, que eram conhecidos internacionalmente. Tivera diversas conversas com monsenhor António Samoré, secretário do Vaticano para os Assuntos Internacionais (Arquivo Histórico e Diplomático, Política-Europa-Ásia, processo 332,5, maço 288) e sem dúvida este aconselhou-o a regressar à diocese por ser esse o lugar onde a igreja queria que estivesse no caso de se concretizar a invasão. Contudo, a explicação dada

pelo embaixador português foi outra, o Patriarca das Índias voltou à sua diocese «por lhe constar que o senhor ministro do Ultramar [Adriano Moreira] iria a Goa no próximo dia 20 de Dezembro e desejar lá estar nessa ocasião» (Arquivo Histórico e Diplomático, Política-África-Ásia, processo 905, maço 189).

A viagem do ministro do Ultramar a Goa esteve marcada até ao dia 18 de Dezembro tal como estiveram combinadas deslocações ao território de cientistas portugueses, incluindo uma visita da geógrafa Raquel Soeiro de Brito, que devia partir de Lisboa a 16 de Dezembro.

Havia sinais de um conflito militar muito sério, porém, as autoridades portuguesas temiam ataques de guerrilha, semelhantes aos que haviam sido desencadeados em Angola, uma vez que desde 15 de Agosto, dia nacional da União Indiana, se haviam acentuado os conflitos de fronteira e registado «actos terroristas» em várias localidades. Porém, na primeira semana de Dezembro o espaço aéreo de Goa foi sobrevoado por aviões militares indianos enquanto ao largo da costa estacionou uma força naval

poderosa que chegou a atingir dezena e meia de contratorpedeiros e um cruzador. Eram sinais de uma invasão e não de terrorismo, pelo que o governador-geral do Estado Português da Índia, general Vassalo e Silva determinou a evacuação de mulheres e crianças no navio *Índia*, que para o efeito se tinha demorado no porto de Mormugão, e também na companhia aérea goesa (TAIP). O governo de Lisboa mandou suspender a evacuação «para não causar alarme» mas Vassalo e Silva não cumpriu a ordem (AZEREDO, 2004: 50-51).

Durante muito tempo Oliveira Salazar não acreditou que o ataque a Goa se concretizasse, por um lado o primeiro-ministro indiano Jawaharlala Nehru tinha uma longa fama de pacifista, por outro parecia-lhe impossível que um país jovem como era o caso da União Indiana ousasse desafiar a oposição dos Estados Unidos e da Inglaterra para atacar um velho aliado desta e um país membro da NATO (ROSAS, 1999: 20). Entre Agosto e Dezembro de 1961, Oliveira Salazar e o ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira travaram uma batalha desesperada para sustentar a invasão, como escreveu Fernando ROSAS (1992), e para tal recorreram a todos os apoios diplomáticos e políticos. Salazar estava seguro do apoio dos Estados Unidos, Inglaterra, Brasil e outros países sul-americanos,

teve constante auxílio de Espanha, depositou grandes esperanças na imprensa internacional «cuja posição demonstra que uma agressão a Goa repugna à consciência internacional» (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo de Oliveira Salazar, Colónias-Ultramar, pasta 28-A). De acordo com as instruções que deu ao governador-geral do Estado Português da Índia nas vésperas da invasão, a primeira missão das forças portuguesas «é provocar um escândalo mundial que dissuada a União Indiana, a segunda missão é não dispersar face a agentes terroristas e organizar a defesa».

O presidente do Conselho não previu a possibilidade de tréguas nem prisioneiros portugueses nem navios rendidos «pois sinto que apenas pode haver soldados e marinheiros vitoriosos ou mortos». Num dos últimos telegramas enviados a Vassalo e Silva considerou necessário que a defesa de Goa se mantivesse «pelo menos durante oito dias», tempo necessário para mobilizar as instâncias internacionais (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Arquivo de Oliveira Salazar, Colónias-Ultramar, pasta 28-A). Referia-se, provavelmente, ao Conselho de Segurança da ONU, que reuniu de emergência para discutir o caso de Goa, contudo, um veto da União Soviética impediu a aprovação de uma moção preparada

e redigida pelos aliados de Portugal, a qual mandava suspender o conflito e recuar as tropas dos dois países para o seu ponto de partida.

Alvernaz chegou a Goa a 16 de Dezembro, num dos últimos voos da companhia TAIP, a qual transportou todos os seus funcionários e material para Karachi, no Paquistão, no dia seguinte. Em Pangim ouvia-se a estação *All India Radio* com emissões em português feitas a partir de Bombaim, bem orientadas psicologicamente, não deixando dúvidas sobre a proxi-

midade de um ataque. O governo de Lisboa deu ordens para ser destruído o palácio do governador, as instalações do porto de Mormugão, os depósitos de combustível, a sede de um banco, chegaram a ser adquiridos *bidons* de gasolina para incendiar o palácio do governador. Quando estas ordens foram conhecidas gerou-se o pânico em Pangim, de tal forma que um grupo de senhoras de Goa foi pedir a intervenção do Patriarca das Índias junto do governador-geral (MORAIS, 1999: 135).

INFLUÊNCIA NA RENDIÇÃO DAS FORÇAS PORTUGUESAS

A invasão de Goa começou na madrugada de 18 de Dezembro pelo norte do território. O aeroporto e uma estação de rádio foram bombardeados de manhã cedo, a cidade de Pangim foi constantemente sobrevoada por aviões militares, agravando o pânico dos dias anteriores. Nessa manhã, D. José Vieira Alvernaz, acompanhado do comandante-geral da polícia do Estado Português da Índia, capitão Joaquim Pinto Braz, deixou o paço patriarcal em Pangim, atravessou a ilha de Goa e o rio Zuari para ir a Vasco da Gama, na península de Mormugão, onde se tinha refugiado o comando militar português, seguramente com a intenção de aconselhar a rendição imediata das tropas portuguesas, ao contrário do que Oliveira Salazar pretendia, con-

tudo, há versões um pouco diferentes sobre o que aconteceu.

Segundo um oficial que estava em Goa, Alvernaz encontrou-se com o general Vassalo e Silva cerca das 15h e 30 do dia 18 de Dezembro para «interceder no sentido de ser dada ordem de rendição». O general recusou. No dia seguinte, analisou a situação das tropas portuguesas e pediu a suspensão de fogo numa mensagem ao comandante das forças indianas. O Patriarca das Índias foi escolhido para acompanhar o chefe de Estado-Maior, tenente-coronel Marques de Andrade, na entrega dessa mensagem (MORAIS, 1999: 162-167), mas não esteve presente quando ela foi transmitida, nem assistiu à rendição. Segundo outro oficial, o Patriarca das Índias

conversou com o general Vassalo e Silva no dia 18 de Dezembro, em Vasco da Gama, sem ninguém ouvir o que disseram, porém, o general «abandava negativamente a cabeça». Mais tarde, o general confidenciou aos seus oficiais que o prelado lhe havia pedido para aceitar a rendição tendo em vista evitar a efusão inútil de sangue e as destruições resultantes dos bombardeamentos que estavam a ser preparados para atingir a cidade de Vasco da Gama e toda a península de Mormugão (AZEREDO, 2004: 62). D. José Vieira Alvernaz declarou a um jornal indiano (*The Times of India*, 1961: 3) que Vassalo e Silva já tinha decidido render-se quando se encontrou com ele em Vasco da Gama, o que contraria os relatos dos oficiais do comando português. O arcebispo nunca esclareceu completamente a sua intervenção nesta matéria que o deixou mal visto entre os dirigentes políticos da altura. Nos dias seguintes à invasão, Alvernaz declarou ao mes-

mo jornal que estava «muito grato» pela amável atenção das autoridades militares indianas para com ele e a sua igreja e expressou grande alívio por as operações militares terem terminado sem danos materiais e com perda de poucas vidas. Estas declarações foram transcritas nos jornais *Le Monde* (1961), *New York Times* (1961), entre outros e originaram telegramas dos embaixadores portugueses a considerar as palavras do arcebispo apressadas, inoportunas, uma prova de fraqueza moral e de colaboracionismo. Na noite de Natal, o arcebispo celebrou missa na Sé de Goa, acompanhado de todo o clero e durante a homilia afirmou «Nehru é um homem de paz». A cerimónia foi considerada um louvor à União Indiana, originou novos protestos. O governo português tentou por várias vezes que as Nações Unidas condenassem a invasão de Goa, as declarações de Alvernaz contrariaram toda a sua orientação diplomática.

MESES DIFÍCEIS DE ALVERNAZ EM GOA

Nos dias a seguir à invasão o arcebispo recebeu muitos portugueses e goeses no paço patriarcal de Goa que ficou repleto, com esteiras no chão (*O Século*, 1962: 1-2). Andava com grande à vontade nas ruas de Pangim, sem alterar o seu comportamento habitual. A 29 de Dezembro ordenou um

sacerdote alemão, membro da Sociedade do Apostolado Católico, na capela interna do paço patriarcal. No mês seguinte ordenou três presbíteros e um diácono goeses numa cerimónia pública (*Boletim Episcopal da Arquidiocese de Goa*, ano XXI, n.º 2, Fevereiro de 1962: 13-14).

No Natal de 1961, enviou um postal a D. José da Costa Nunes onde escreveu «tudo bem», isso foi interpretado pelo embaixador de Portugal no Vaticano como um sinal de não o terem incomodado (Arquivo Histórico e Diplomático, Política-África-Ásia, processo 946,2, pasta 99). Alvernaz pediu ao internúncio apostólico em Bombaim, James Knox, mais tarde arcebispo de Melbourne e cardeal da Cúria Romana, para este visitar os soldados portugueses prisioneiros, ele próprio não iria por não querer pedir autorização aos militares indianos. A ausência no campo de prisioneiros foi considerada uma prova de desinteresse.

Em finais de Janeiro o arcebispo sofreu um «desacato», um vexame, nas ruas de Pangim por parte de goeses que eram prisioneiros políticos e foram libertados na altura da invasão indiana. Depois disso fechou-se em casa «num grande retraimento e abatimento». O relato foi feito ao embaixador Faria por D. José da Costa Nunes, «a partir de notícias recolhidas em Goa». Nessa altura o arcebispo Alvernaz teve grandes dificuldades financeiras, o depósito bancário do Patriarcado foi congelado pelo governo português. A situação era tão grave que o internúncio James Knox enviou a Alvernaz uma ajuda proveniente de legados pios pertencentes à diocese de Goa que tinham ficado retidos em

Bombaim, uma quantia pequena que não durou muito tempo. Em Fevereiro de 1962 D. José da Costa Nunes sugeriu ao embaixador António de Faria que o governo português continuasse a pagar a cômgrua ao Patriarca Alvernaz, «a título de abono pessoal para o exercício das suas funções» e o pedido foi atendido. Um despacho do ministro do Ultramar pôs à disposição do embaixador a quantia de 48.469\$00, correspondente a três meses de ordenado que foi enviada para Goa através da Santa Sé e do nuncio apostólico em Bombaim (Arquivo Histórico e Diplomático, Política-África-Ásia, proc. 946,2, pasta 99). Em Janeiro e Fevereiro de 1962, D. José Vieira Alvernaz pediu ao Vaticano para ser substituído, um pedido oficial segundo tudo indica, mas no relato do embaixador Faria ao governo português o pedido foi recusado, a igreja «julga da maior conveniência que ele continue em Goa para não criar dificuldades que possam ser evitadas». O cardeal Costa Nunes escreveu a Alvernaz instando-o a permanecer no Oriente pelo menos mais seis meses, não devia insistir no desejo de abandonar a diocese, «nas actuais circunstâncias alguns poderiam interpretar isso como significando medo de ali ficar», além disso a Santa Sé não podia substituir o arcebispo de Goa senão de harmonia com a Concordata e os acordos em vigor, ou seja

nomeando um prelado de nacionalidade portuguesa, mas, seguramente, este não entraria na diocese, as autoridades indianas não autorizariam.

Podia ser nomeado um coadjutor goês de nacionalidade portuguesa, talvez o pároco da Ajuda, que estava de férias em Pangim, como Alvernaz sugeriu numa carta enviada a Costa Nunes. Para além disso, a nomeação do bispo de Sá da Bandeira para Goa continuou a ser estudada, contudo este não foi autorizado a entrar em Goa no Natal de 1961 quando quis visitar a família, segundo noticiou o jornal

O Século (1961). Era de prever que o mesmo aconteceria se fosse nomeado bispo. Na opinião do embaixador António de Faria, «a Santa Sé devia informar o Patriarca, quanto antes, que este não devia insistir no seu desejo de abandonar a diocese». Por seu lado o responsável pelas relações internacionais do Vaticano considerou mais ajuizado não criar novos problemas «já bastam as dificuldades que derivam dos acontecimentos independentes da nossa vontade» (Arquivo Histórico e Diplomático, Política-África-Ásia, proc. 946,2, pasta 99).

OPINIÃO DE NEHRU SOBRE O ARCEBISPO PORTUGUÊS

Em Março de 1962 o primeiro-ministro indiano deu a entender que o Patriarca de Goa podia ser expulso alegando que «esse *gentleman* português dificulta os propósitos da União Indiana», não se adaptou à mudança verificada em Goa e tem influenciado excessivamente os outros membros do clero católico (*New York Times*, 1962). Estas declarações ajudaram D. José Vieira Alvernaz a convencer a Santa Sé, com a ajuda do cardeal Costa Nunes e a ultrapassar as resistências até então encontradas.

A meados de Abril, o cardeal informou o embaixador Faria que o Patriarca Alvernaz iria a Roma para participar no Concílio Vaticano II e «tenciona resignar, não voltando à sua diocese».

Esta decisão foi apresentada como definitiva, segundo Costa Nunes o estado de espírito de Alvernaz «desaconselha uma mais longa permanência em Goa», era preferível entregar o governo da diocese ao vigário-geral, monsenhor Francisco Xavier da Piedade Rebello, «a quem a Santa Sé dará todos os poderes».

Os dois prelados combinaram, seguramente, que esta seria a melhor solução para Goa e garantiram antecipadamente a concordância da Santa Sé. Em Março de 1962, D. José Vieira Alvernaz foi a Cochim, a sua primeira diocese no Oriente, sagrar a capela do Vale de São José, numa cerimónia de grande significado uma vez que foi feita em conjunto com o bispo de

Alleppey, uma diocese criada quando os governos de Portugal e da União Indiana negociaram a redefinição das fronteiras da diocese de Goa, em 1950. Nessa viagem D. José Vieira Alvernaz recebeu um álbum de fotografias que faz parte do seu espólio existente no museu de Angra do Heroísmo.

A transferência de poderes foi feita progressivamente. Em Fevereiro Alvernaz nomeou uma comissão para organizar a situação financeira da diocese, salvaguardando as propriedades da Igreja, das confrarias de Goa e os seus rendimentos. Esta comissão teve poderes muito latos, supervisionou todo o clero, deste o cabido da Sé de Goa até ao pessoal missionário, clero paroquial, serventuários das igrejas e capelas. Cabia-lhe a manutenção dos edifícios e a sustentação da câmara eclesiástica, sendo presidida por monsenhor Francisco Xavier da Piedade Rebello (*Boletim Episcopal da Arquidiocese de Goa*, Ano

XXI, n.º 3, Março de 1962: VII e VIII). Em Maio foi aberta uma subscrição para juntar 140 mil rupias destinadas à reparação urgente da Sé de Goa, o vigário-geral encarregou-se desta recolha juntamente com o chanceler da câmara patriarcal, enquanto este último foi incumbido de preparar o Concílio Vaticano II na diocese (*Boletim Episcopal da Arquidiocese de Goa*, Ano XXI, n.ºs 5 e 6, Maio-Junho de 1962: XXXVIII). Nesse ano a abertura das aulas no seminário foi entregue ao vice-reitor e pela primeira vez o arcebispo não assinou o regulamento de admissão (*Boletim Episcopal da Arquidiocese de Goa*, Ano XXI, n.º 4, Abril de 1962: XXI). Mais significativo ainda: o padre José Maria das Neves, secretário pessoal de D. José Vieira Alvernaz desde 1950, foi desligado das suas funções e voltou para os Açores (*Boletim Episcopal da Arquidiocese de Goa*, Ano XXI, n.º 3, Março de 1962: V).

RESIGNAÇÃO DE ALVERNÁZ

O arcebispo Alvernaz deixou o paço patriarcal de Goa em Setembro de 1962, e tal como tinha combinado com o cardeal Costa Nunes, entregou o governo da diocese a monsenhor Francisco Xavier da Piedade Rebello, uma situação aparentemente provisória que não desafiou Oliveira Salazar,

dado que Rebello possuía nacionalidade portuguesa, nem tão pouco pressionou o Vaticano para ser nomeado um novo prelado.

Antes de partir transferiu para o vigário-geral toda a autoridade ordinária ou delegada que possuía, incluindo as atribuições reservadas aos bispos

pelo direito canónico ou delegação pontifícia e concedeu-lhe «autoridade para sub-delegar essas faculdades no todo ou em parte, conforme o entender» (*Boletim Episcopal da Arquidiocese de Goa*, Ano XXI, n.º 9, Setembro de 1962: LXIII).

D. José Vieira Alvernaz deu a conhecer a sua partida de Goa numa circular que foi publicada no boletim da diocese e lida em várias igrejas. Explicou a ausência dizendo que todos os bispos católicos tinham sido chamados a participar no Concílio Vaticano II e também ele devia tomar parte nessa solene assembleia, mas não terão ficado dúvidas de que não regressaria pois agradeceu a todos os seus colaboradores, ao clero, à Acção Católica, aos fiéis e aos não católicos «pelo respeito e atenções com que nos trataram» e despediu-se de uma forma reveladora da exigência do seu carácter: «Há mais de onze anos que me encontro entre vós. Só tenho pena de nem sempre haver dado aquele exemplo de intensidade da vida religiosa que é necessário para que o apostolado se torne frutuoso, e disso peço perdão» (*Boletim Episcopal da Arquidiocese de Goa*, Ano XXI, n.º 9, Setembro de 1962: LXIV-LXV). O documento foi assinado com todos os seus títulos eclesiásticos «Arcebispo de Goa e Damão, Arcebispo titular de Cranganor, Primaz do Oriente, Patriarca das Índias Orientais».

Alvernaz chegou a Roma a 25 de Setembro, passou uns dias numa casa de saúde, em tratamento e, no início de Outubro, conversou com o embaixador António de Faria. Interrogado sobre o que tencionava fazer no futuro, disse que faria o que fosse determinado pela Santa Sé, se esta aceitasse a resignação que há muito havia pedido iria para sua casa em Angra do Heroísmo, ou para os Estados Unidos, para casa de um irmão padre que ali vivia. Se o mandassem regressar a Goa regressaria ou pelo menos esforçar-se-ia por isso, pois não sabia se as autoridades indianas autorizavam o seu regresso à diocese (Arquivo Histórico e Diplomático, Política-África-Ásia, processo 946,2, pasta 99). Logo na primeira vez em que conversou com o embaixador Faria, o arcebispo Alvernaz manifestou o desejo de visitar Portugal «se as circunstâncias o permitissem».

O Concílio Vaticano II já se tinha iniciado, o Colégio Português em Roma, onde Alvernaz costumava ficar, estava nessa altura repleto, pelo que se instalou em Santo António, a residência de D. José da Costa Nunes, onde também estava o bispo de Timor, e não acompanhou os prelados indianos quando estes foram recebidos pelo Papa João XXIII, dizendo que preferia participar na audiência aos bispos portugueses, o que terá desagradado bastante

a Valerian Gracias, cardeal-arcebispo de Bombaim.

Num documento que esteve sob reserva sem poder ser divulgado até data recente, o embaixador António de Faria relatou pormenores da partida de D. José Vieira Alvernaz de Goa. Inicialmente pediu para viajar de navio mas foi-lhe negada licença. De seguida pediu para viajar de avião, tendo sabido que lhe autorizariam a viagem se não divulgasse a data da sua passagem por Bombaim, por haver receio de os goeses aí residentes lhe fazerem demonstrações de simpatia. Não foi autorizado a transportar um caixote com as suas roupas e papéis, apenas bagagem de mão sem documentos ou valores. O caixote ficou entregue a um alto funcionário da alfândega de Goa, para ser enviado mais tarde por um portador de confiança (Arquivo Histórico e Diplomático, Política-Europa-Ásia, processo 332,5, maço 288). Alvernaz disse ao embaixador que não queria voltar a Goa «para não ser obrigado a contactar com as autoridades indianas», até então tinha evitado todos os convites, mas se regressasse seria difícil manter essa atitude, podiam dizer-lhe, com razão, que estava a prejudicar os interesses da igreja e dos católicos. Havia uma dificuldade, era necessária a presença de um prelado para a ordenação dos seminaristas que terminassem o curso nesse ano mas

podia sugerir-se a ida a Goa do inter-núncio James Knox, que sem dúvida aceitaria. O arcebispo tinha deixado tudo preparado para não voltar a Goa e não cumprir as indicações do governo português, discretamente deu-o a entender ao embaixador que por sua vez transmitiu as informações a Oliveira Salazar, que lia cuidadosamente os telegramas do embaixador no Vaticano.

O Concílio Ecuménico Vaticano II foi interrompido em Dezembro, a sessão seguinte foi marcada para Setembro de 1963. Como havia decidido D. José Vieira Alvernaz viajou para Lisboa e mais tarde para os Açores onde chegou a 22 de Janeiro de 1963. Quando passou em Lisboa, Oliveira Salazar não o recebeu, contudo, numa carta pessoal enviada anteriormente ao embaixador Faria, mostrou alguma compreensão pela situação do prelado. «Penso que se o Patriarca vem a Portugal, a União Indiana irá levantar dificuldades ao seu regresso a Goa mas não me parece que possamos impedi-lo, se ele quiser vir como é seu direito». Segundo escreveu Oliveira Salazar «a Santa Sé tem um interesse paralelo ao nosso na permanência do patriarca no seu cargo», o que permite concluir que o presidente do Conselho esperou que a Santa Sé convencesse o arcebispo a regressar à sua diocese.

Não foi isso o que aconteceu, D. José Vieira Alvernaz nunca mais voltou a Goa. Viveu em Angra do Heroísmo até Março de 1986, retirado da vida política e com poucos contactos com o meio eclesiástico, excepto quando esteve em Fátima e em Lisboa para celebrar meio século de vida sacerdotal, em Junho de 1970. No entanto, a Igreja Católica respeitou por inteiro as convenções assinadas com o governo português. O vigário-geral da Diocese de Goa e Damão foi nomeado bispo-auxiliar em Setembro de 1963, dado que a nomeação de um bispo auxiliar não exigia consentimento do governo de Lisboa e, três

anos mais tarde, foi escolhido para administrador-apostólico, um acto de vontade do Papa, uma escolha pessoal que costuma ser usada em dioceses onde se verificam conflitos de soberania. A resignação de D. José Vieira Alvernaz foi aceite em Fevereiro de 1975, depois de assinado e ratificado o Tratado de 31 de Dezembro de 1974 segundo o qual Portugal reconheceu a soberania da União Indiana sobre o antigo Estado Português da Índia. D. Raúl Nicolau Gonçalves, o primeiro arcebispo goês da diocese de Goa e Damão, foi nomeado em Janeiro de 1978. Ainda reside em Goa, onde é arcebispo emérito.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), AHU/ACL-UM/DGE/RCM000MC 14 a 34; *Missões*, maço 34.

Arquivo Histórico e Diplomático (Lisboa), Política-África-Ásia, processo 905, maço 189; Política-África-Ásia, processo 946,2,

pasta 99; Política-Europa-Ásia, processo 332,5, maço 288.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo de Oliveira Salazar, Colónias-Ultramar, pasta 28-A.

FONTES IMPRESSAS

JORNAIS E REVISTAS

Boletim Episcopal da Arquidiocese de Goa (1961), Ano XX, n.º 10, Outubro.

Ibidem (1962), Ano XXI, n.º 2, Fevereiro

Ibidem (1962), Ano XXI, n.º 3, Março.

Ibidem (1962), Ano XXI, n.º 4, Abril.

Ibidem (1962), Ano XXI, n.ºs 5 e 6, Maio/Junho.

Ibidem (1962), Ano XXI, n.º 9, Setembro.

O Século, (1961), Lisboa, 28 de Dezembro.

Ibidem (1962), Lisboa, 4 de Janeiro.

Osservatore Romano (1961), Roma, 29 de Novembro.

The Times of India (1961), Bombaim, 26 de Dezembro.

- Le Monde* (1961), Paris, 26 de Dezembro. *Ibidem* (1962), Nova Iorque, 31 de Março.
New York Times (1961), Nova Iorque, 27 de Dezembro.

BIBLIOGRAFIA

- ALVERNÁZ, J. V. (1999), *Textos de D. José Vieira Alvernáz*. Macau, Fundação de Macau.
- AZEREDO, C. (2004), *Trabalhos e dias de um soldado do império*. Porto, Civilização.
- GUERRA, J. P. (1994), *Memórias das Guerras Coloniais*. Porto, Afrontamento.
- MORAIS, C. A. (1999), *A queda da Índia Portuguesa*. Lisboa, Estampa.
- MOREIRA, A. (1991), *Nota Introdutória*, in REGO, A. S. (1991), *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente (Índia) I Volume*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- PINTO, J. N. (1977), *Portugal, Os Anos do Fim – de Goa ao Largo do Carmo*. Lisboa, Sociedade de Publicações Economia & Finanças.
- REGO, A. S. (1940) *Padroado Português do Oriente, esboço histórico*. Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- RIBEIRO, O. (1999) *Goa em 1956, Relatório ao Governo*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- ROSAS, F. (1992), *Portugal e o Estado Novo*, in SERRÃO, J. & MARQUES, A. H. O., *Nova História de Portugal*. Lisboa, Presença.
- IDEM (1999), Goa, ou o princípio do fim, in RIBEIRO, O., *Goa em 1965, Relatório ao Governo*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- TELO, A. J. (2001), *António de Faria*. Lisboa, Cosmos, Coleção Diplomatas Portugueses.



Foto 1 – D. José Vieira Alvernaz numa viagem pelo rio Mandovi, vendo-se ao fundo a cidade de Pangim.



Foto 2 – D. José Vieira Alvernaz com crianças de uma paróquia de Goa, após uma cerimónia de Comunhão Solene, cerca de 1960.



Foto 3 – O Patriarca das Índias Orientais em visita pastoral a uma missão nas «Novas Conquistas».



Foto 4 – Visita a Diu após a inauguração do aeroporto em 1956.
À esquerda o governador de Diu, capitão de Artilharia Domingos Magalhães Filipe.



Foto 5 – Sessão solene comemorativa do cinquentenário da gruta de Nossa Senhora de Lurdes, em Calanguete, a 14 de Fevereiro de 1954.